

Jornal Hoje em Dia (MG) - Caderno Brasília (semanal)

31/01/2006

Tropa de choque está no front - Energia à vista

O Governo federal está apostando pesado na produção de energia nova. Criou uma 'tropa de choque' para garantir sucesso ao leilão marcado para março. Enquanto isso, Brasília comemora a inauguração de Corumbá IV, no próximo dia 4.

Repórter José Marcelo dos Santos

Um leilão de energia nova marcado para março deste ano é a aposta do Governo federal para tentar afastar os riscos de racionamento, nos moldes do que ocorreu no Brasil em 2001. Além, claro, de ser munição para as próximas eleições. E tudo se a velha dificuldade entre os setores desenvolvimentista e ambiental for realmente superada.

Desta vez, o investimento em geração é de quase dez vezes o primeiro leilão, num total de 7.201 megawatts (MWs). Para garantir o sucesso da operação e evitar surpresas, como impasses com o Ibama, o Governo montou uma verdadeira tropa de choque, formada pelo alto escalão dos ministérios de Minas e Energia (MME) e Casa Civil. A meta é conseguir de fato os licenciamentos ambientais para permitir a construção das usinas de Santo Antônio e Jirau. Juntas, elas produzirão cerca de 6.400 MWs, o que equivale a mais da metade de Itaipu, a maior hidrelétrica do mundo, com geração de 12.600 MWs de energia. Ainda assim há especialistas da iniciativa privada que não afastam o risco de racionamento. Informação contestada pelo presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) do MME, Mauricio Tolmasquim.

O grupo de trabalho, fruto da parceria dos dois ministérios, começou a operar no dia 9 de janeiro e já surtiu os primeiros efeitos. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (Ibama) marcou para esta segunda-feira, dia 30, o início dos estudos de impacto ambiental. Uma equipe formada por nove técnicos estará em Rondônia fazendo o levantamento, sob comando do coordenador-geral de licenciamentos ambientais do Instituto, Valter Muchagata. A notícia pegou a engenheira Maria do Carmo Cavalcanti de surpresa. Uma das responsáveis pelo projeto, a engenheira de Furnas disse que ainda não havia sido comunicada oficialmente, que a notícia era animadora e que todos teriam de correr contra o relógio para conseguir cumprir todas as etapas do projeto. As duas usinas, Santo Antônio e Jirau, fazem parte do complexo rio Madeira, que fica em Porto Velho (RO). Cada uma deverá consumir investimentos de R\$ 10 bilhões. A construção deverá começar ainda este ano e a operação com capacidade máxima deve ocorrer em no máximo seis anos, segundo Maria do Carmo.

Além das duas usinas, de grande porte, os técnicos do Ibama também deverão resolver as pendências das usinas que deveriam ter sido leiloadas em dezembro, mas que ficaram de fora por uma série de pendências. Dardanelos (MT) com capacidade de produzir 246 MWs e Mauá (PR) com capacidade de 388 MWs ainda têm pendências jurídicas. Já Cambuci (RJ), com capacidade de 50 MWs e Barra do Pomba (RJ), com capacidade de 80 MWs, já estão com pendências regulamentadas e prontas para irem ao leilão.

Investidores em energia criticam modelos de leilão adotados pelo Governo

O esforço concentrado do Governo para garantir geração de energia nova ainda não abrange a que pode se tornar a segunda maior hidrelétrica do país: a usina de Belo Monte. Prevista para ser construída no rio Xingu, no Norte do país, a Belo Monte foi projetada para gerar 11.181 MWs de energia elétrica, o que garantiria um suprimento de quase 20% a mais da capacidade hoje instalada no Brasil, segundo o presidente da comissão de Minas e Energia da Câmara, o deputado Nicias Lopes (PSDB-PR). Depois de uma batalha jurídica que foi parar no Supremo Tribunal Federal, os estudos para construção da usina só foram retomados em novembro de 2005, quando o Congresso aprovou um decreto autorizando o levantamento. Ainda assim, o presidente da EPE garante que Belo Monte é questão de Governo e assegurou que ela poderá ser leiloadada até o fim do primeiro semestre de 2007.

Os primeiros estudos estão sendo feitos por um pool de empresas lideradas pelas gigantes Andrade Gutierrez, Norberto Odebrecht, Camargo Correa e Sênior. Os estudos serão submetidos à apreciação do Ibama e esse processo poderá ser mais lento, porque há terras indígenas próximas do lago que terá de ser formado. Um especialista do setor, que pediu para não se identificar, disse que para Belo Monte sair do papel o Governo terá de se mover, da mesma maneira que está se movendo para garantir o complexo do Rio Madeira. Segundo a mesma fonte, Belo Monte é a

alternativa mais segura que o Brasil teria para escapar de um racionamento. Maurício Tolmasquim, da EPE, garante que o esforço será feito.

Ele assegura que o Governo está se movendo e diz que pela primeira vez na história o Brasil está se antecipando às necessidades futuras. 'Estamos discutindo investimentos para garantir o abastecimento de 2011. Estamos em uma situação de tranquilidade', assegura. Presidente da **Câmara Brasileira dos Investidores de Energia Elétrica**, entidade que reúne 16 conglomerados e empresas, **Cláudio Sales** não é tão otimista. Ele critica os modelos de leilão adotados pelo Governo e diz que não há regras claras para atrair os investidores. Segundo afirma, a iniciativa privada ainda não se sentiu segura para apostar na geração de energia, em parceria com o Governo e que o setor aguarda pelo próximo leilão com certa reserva e apreensão. Tolmasquim discorda. Ele diz que o fato de 42% da energia leiloada em dezembro estar com a iniciativa privada é uma mostra de que o segmento já foi atraído pelo Governo. **(J.M.S.)**